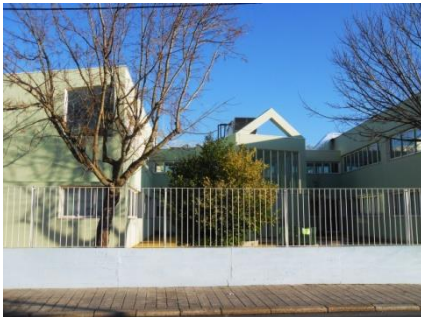


ESTRATÉGIA PARA A INCLUSÃO

2018/ 2020



Introdução

O desenvolvimento da escola inclusiva implica grandes mudanças organizacionais e funcionais nos diferentes níveis do sistema educativo, na articulação dos diversos agentes educativos, na gestão da sala de aula e dos currículos, assim como do próprio método ensino – aprendizagem. No entanto, sabemos que tudo isto pode gerar resistências e medos que dificultam a ocorrência dessas mudanças. Ainscow (cf. Ainscow 1995,p.12) propõe seis conjunturas que podem conduzir à mudança nas escolas: uma liderança eficaz, não só por parte da diretora mas difundida na Escola pelas lideranças intermédias; o envolvimento da equipa de profissionais, alunos e comunidade nas orientações e decisões da escola; uma planificação realizada de forma colaborativa e cooperativa; estratégias de coordenação; focalizar a atenção nos benefícios potenciais da investigação e da reflexão; política de valorização profissional de toda a equipa educativa. Estas condições, estando presentes, podem ajudar a apoiar a valorização profissional dos professores e, conseqüentemente, encorajá-los a procurarem respostas renovadas para os seus alunos. A cooperação e a partilha de experiências, e também de saberes, são uma maneira de estimular a criação de espaços de formação, de investigação, de ação e de reflexão, contrariando o isolamento. A Inclusão obriga às escolas o enraizamento na sua cultura educativa e práticas pedagógicas de um processo de reflexão e autoavaliação com vista à melhoria.

Desde sempre valorizamos no nosso agrupamento uma cultura de escola de e para todos os alunos. Tendo em conta a nossa população, as suas fragilidades e dificuldades que encontramos ao longo do processo educativo dos nossos alunos, as nossas políticas implementadas sempre valorizaram a participação de todos, a presença e assiduidade na escola e a valorização de um futuro pós escolar de qualidade. Desde o início desta mudança que soubemos que os nossos profissionais iam abraçar este desafio de forma ativa e com a garra que nos é característica.

Por outro lado o Princípio da Inclusão não pode ser entendido como um conceito inflexível. Várias opções poderão ser tomadas sempre que uma situação o exija, atendendo a que a inclusão significa a prestação de serviços a todas crianças com necessidades educativas, incluindo as necessidades especiais significativas na classe regular. Partindo do pressuposto de que proporcionando os serviços adequados e apoios suplementares na classe regular, a criança com necessidades especiais significativas também conseguirá alcançar os objetivos delineados, de acordo com as suas características e necessidades em complementaridade com outros serviços educativos integrantes do Centro de Apoio à Aprendizagem.

1. Implementação:

A implementação do Decreto-lei n.º 54/2018, de 06 de julho, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva obrigou a um reflexão sobre as práticas inclusivas do agrupamento e a alterações em algumas estruturas para que possa ser implementado com sucesso. Muitas alterações nas formas de trabalho, na cultura de escola e na forma como vemos e estabelecemos a inclusão, nas

metodologias de trabalho e organização da sala de aula, na planificação de atividades educativas que preconizam a participação efetiva de todos os nossos alunos foram pensadas e planeadas.

Para além das competências definidas no número 9, do artigo 12.º cabe ainda à EMAEI garantir a participação dos pais na vida educativa dos seus educandos. Os pais têm o direito e o dever de participar e cooperar ativamente no processo educativo, participar na EMAEI e na elaboração, avaliação ou revisão dos relatórios técnico-pedagógicos, programa educativo individual e plano individual de transição.

1.1. O Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA):

A organização do CAA foi, para esta EMAEI, a mais difícil medida a implementar e que ainda hoje se encontra em operacionalização. Como agrupamento TEIP, já temos todos a noção que as nossas escolas se encontram preparadas para a diferença e para dar resposta a uma panóplia de diversidades e adversidades ao processo de aprendizagem.

O grande desafio de toda a comunidade educativa é garantir a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa (artigo 1.º do DL54 de 6 de julho de 2018). É esta, a escola inclusiva, que todos desejamos. A escola que promove a igualdade e a não discriminação, cuja diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos alunos, eliminando obstáculos e estereótipos no acesso ao currículo e às aprendizagens. Assenta numa abordagem multinível, que integra medidas universais, seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão (artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º do DL 54 e alínea c) do artigo 4.º do DL 55 de 6 de julho). Este paradigma remete-nos para a construção de uma escola de qualidade com todos e para todos, numa perspetiva de inclusão e de participação e articulação com a família, comunidade e com todos os técnicos envolvidos.

Respeitando o artigo 36.º do DL 54/2018 de 06 de julho, sentimos a necessidade de reconfigurar o paradigma de Unidade Especializada neste novo modelo, procurando afirmar-se no contexto educativo, constituindo-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de dinâmicas pedagógicas (artigo 21.º de DL55 de 6 de julho) e outras respostas educativas, por profissionais e técnicos especializados (n.º 6 nas alíneas de a - f do artigo 13.º do DL 54).

A Unidade Especializada apresenta-se assim como um espaço físico que agrega várias estruturas de resposta educativa, com recursos materiais variados e direcionados às necessidades dos alunos. Garante a inclusão na vida escolar e pós escolar com um trabalho e dinâmicas inclusivas em contexto de sala de aula e direcionadas à turma, complementando-o em situações específicas de forma mais individualizada.

1.1.2. Objetivos:

Objetivos gerais:

- ✓ Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- ✓ Promover e apoiar o acesso à formação e à integração na vida pós-escolar;
- ✓ Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

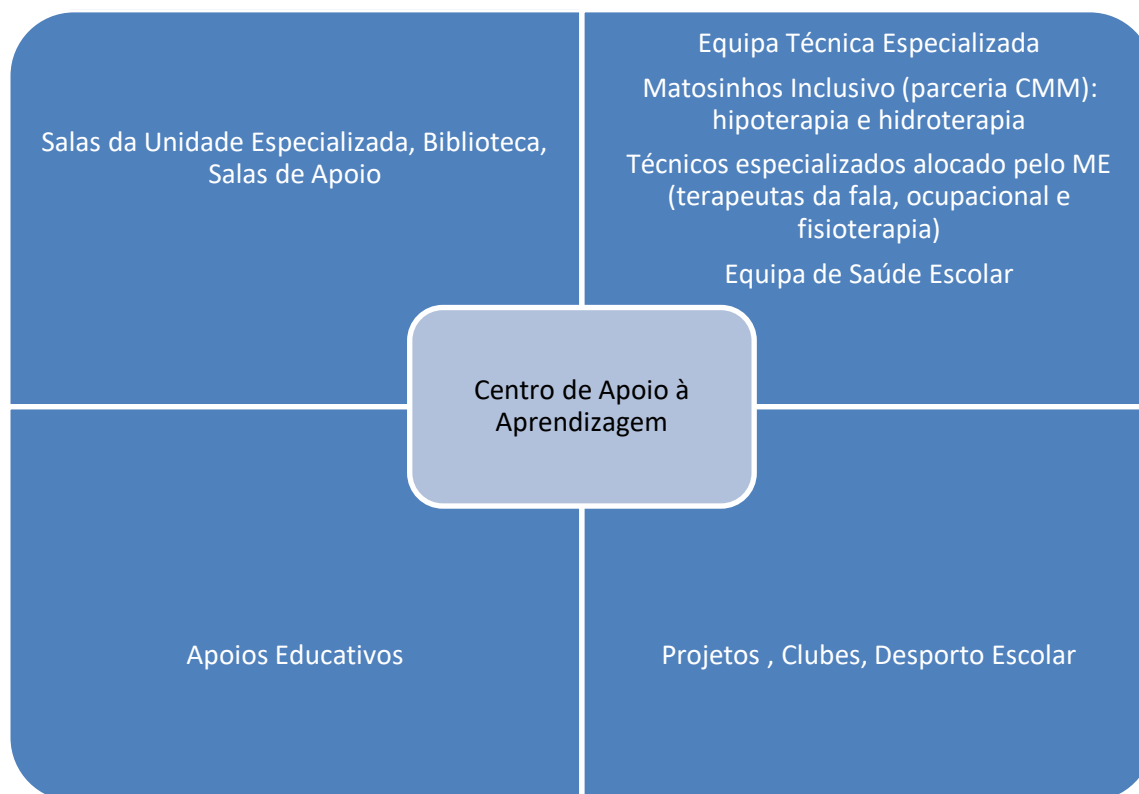
Objetivos Específicos:

- ✓ Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
- ✓ Apoiar os docentes das turmas a que os alunos pertencem;
- ✓ Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
- ✓ Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, autonomia e adaptação ao contexto escolar;
- ✓ Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;
- ✓ Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

1.1.3. A quem se destina:

O CAA está disponível para todos os alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

1.1.2. Organigrama do CAA:



Quadro Estratégico das competências da EMAEI do AE Perafita.

Competência	Estratégias	Atividades	Calendarização	Monitorização
Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização da comunidade educativa para o paradigma da educação emergente do DL 54/2018, de 06/07; - Revisão e aplicação prática dos procedimentos inerentes à identificação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> - ACD Educação Inclusiva (ACD 57-18_19); - ACD Autonomia e Flexibilidade do Currículo (ACD 56-18_19); - ACD de 3 horas_ Seminário sobre Avaliação em contexto de Autonomia e Flexibilidade do Currículo – Dr.ª Ariana Cosme - Ciclo de Conferências – AFC – Perspetivas 19/20 – Conferência 1 – O compromisso com a Inclusão – Da Teoria à Prática. 	05/09/2018 (3 horas) 27/04/2019 03/09/2019 28/11/2019	Direção CFAE
	<ul style="list-style-type: none"> - Linhas de ação para a inclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão dos documentos estruturantes do Agrupamento: Regulamento interno, Projeto Educativo TEIP e Plano Plurianual de Melhoria; - Organização das medidas de suporte à aprendizagem de acordo com os pressupostos de intervenção multinível. 	2018/2019 2019/2020	Direção Equipa de Autoavaliação EMAEI Equipa TEIP

Quadro Estratégico das competências da EMAEI do AE Perafita.

Competência	Estratégias	Atividades	Calendarização	Monitorização
	- Participação da EMAEI nos CD/CT/ departamentos/reuniões de grupo ou outras a designar.	- Apresentação do DL 54/2018; - Organização de documentos internos com resumo das alterações face ao regime anterior; - Guião de procedimentos de identificação;	2018/19	EMAEI
	- Levantamento de necessidades de formação em Educação Inclusiva.	- Recolha de dados por inquérito; - Articulação com CFAE e CMM (AO)	2019/2020	Direção Equipa de Autoavaliação EMAEI
Acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	- Elaboração da grelha de acompanhamento e monitorização no Google Drive por ano de escolaridade/turma; - Organização da Grelha de monitorização de medidas; - Recolha de dados pelos docentes; - Recolha de dados de necessidades de saúde especiais e realização junto da saúde escolar dos Planos de Saúde Individuais.	- Análise do sucesso de medidas implementadas; - Organização dos indicadores destinados a avaliação a eficácia das medidas educativas: - Sucesso (taxa de aprovação a todas as disciplinas; melhorias 1P-3P; taxa de insucesso); - Análise das retenções.	2018/2019 2019/2020	Direção Conselho Pedagógico Equipa de Autoavaliação EMAEI
Prestar aconselhamento	- Sessões de trabalho colaborativo EMAEI departamentos, CT, CDT, CD; professores de	- Participação em reuniões individuais / grupo;	2018/2019 2019/2020	EMAEI

Quadro Estratégico das competências da EMAEI do AE Perafita.

Competência	Estratégias	Atividades	Calendarização	Monitorização
aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas	<p>apoio/assessoria pedagógica;</p> <p>- Disponibilidade diária para prestar aconselhamento e tirar dúvidas.</p>	<p>- Participação nas reuniões de Departamento da Educação Especial.</p>		Departamento de Educação Especial
Elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto no artigo 21.º e, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição	<p>- Reuniões EMAEI alargadas.</p>	<p>- Elaboração dos documentos com os docentes de cada aluno;</p> <p>- Assegurar a participação ativa dos pais/encarregados de educação.</p>	<p>2018/2019</p> <p>2019/2020</p>	<p>EMAEI</p> <p>Departamento de Educação Especial</p>
Acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem	<p>- Organização CAA;</p> <p>- Organização apoio educativo;</p> <p>- Organização da medida apoio psicopedagógico;</p> <p>- Organização das unidades estruturadas.</p>	<p>- Organização das atividades previstas para o no PAA para o CAA;</p> <p>- Articulação Matosinhos Inclusivo;</p> <p>- Articulação com estruturas dos apoios terapêuticos.</p>	<p>2018/2019</p> <p>2019/2020</p>	<p>EMAEI</p> <p>Departamento de Educação Especial</p> <p>Equipa de Autoavaliação.</p>

2. Organização das salas de aula inclusivas:

Dentro das nossas salas de aula, a diversidade é uma constante. Os alunos apresentam fragilidades no seu processo educacional, associadas a um conjunto de fatores ambientais e motivacionais que fazem com que em sala de aula a diversidade seja uma realidade. Numa sociedade constantemente em mudança são novos e exigentes os desafios colocados aos professores, pelo que, há que repensar a profissão no sentido de transformar tanto os métodos de trabalho, como os modos de relacionamento com os alunos e a comunidade. De facto, hoje em dia, é atribuído ao docente um papel de mediador intercultural, organizador de uma vida democrática e intelectual que não se limita a transmitir saberes, mas que é um agente que luta pela mudança e que coloca na primeira linha, práticas reflexivas que, em muito, contribuem para o real desenvolvimento da sua atuação como profissional da educação. Para Gomes (2001), “ser professor no século XXI é ser alguém que, sobretudo, sabe relacionar-se pessoalmente com cada aluno e com cada pessoa, respeitando a diferença que identifica cada um. Esta atitude implica um processo crítico, reflexivo e construtivo do professor capaz de promover a educação dos sentimentos, do amor e dos valores, como forma de ajudar os outros a serem felizes, a encontrarem-se a si próprios, a aprenderem a ser e a saberem respeitar o outro” (Gomes, 1997, in Santos, 2007:201). Face a esta nova realidade, para a profissão docente, é necessário introduzir nas escolas de ensino regular, conhecimentos científicos e pedagógicos que ajudem e preparem o professor para o trabalho a realizar com a diversidade do público escolar.

Para a aprendizagem aconteça, o professor deve estar atento às dificuldades que o grupo/turma apresenta, no sentido de a sua ação pedagógica ir ao encontro de um caminho que responda à diversidade e permitindo, assim, que a mensagem chegue aos alunos, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento. Quer isto dizer que, para que aprendizagem ocorra, o professor tem de ir ao encontro do aluno, percorrer e analisar o percurso por ele agilizado na tentativa de compreender e colmatar as dificuldades encontradas. Só assim poderá fomentar estratégias eficazes e adequadas às características individuais de cada discente. Desta forma, os professores contribuem para o crescimento de uma escola com perspetivas amplas no âmbito de desenvolvimento curricular, de ensino aprendizagem, da organização da sala de aula e das respostas às necessidades educativas individuais dos alunos, contribuindo para o sucesso de uma escola cada vez mais inclusiva (cf. Tilstone, 2003). Cabe, assim, ao professor a responsabilidade de flexibilizar os currículos e de efetuar adaptações curriculares que promovam a progressão dos alunos dentro da diversidade que é a escola e a sala de aula. Atualmente, é o aluno que dita os conteúdos a apreender, o ritmo de aprendizagem e os processos de aprendizagem. É um ensino virado para o aluno e para as suas capacidades e limitações, passando o professor para um papel de retaguarda que este não está habituado a desempenhar, daí a dificuldade que alguns docentes sentem ao trabalharem com a diferença.

No sentido de responder de modo adequado perante as necessidades especiais dos alunos, o professor deve partir do princípio de que o público que tem à sua frente é dissemelhante e, por isso, serão diferentes os seus objetivos escolares, as suas motivações, os seus modos de agir, os seus pontos fortes e fracos. Logo, as conceções e as práticas dos docentes não podem continuar a ser as mesmas. Dificilmente podemos esperar que os alunos de uma mesma turma consigam

atingir os mesmos objetivos com o mesmo ritmo de trabalho, através das mesmas atividades e sob a mesma metodologia de ensino, apesar da diversidade de estilos de aprendizagem do grupo com o qual trabalham. Perante esta situação, o professor é confrontado com o facto de ter de planear o seu trabalho mediante o perfil de aprendizagem dos seus alunos. De qualquer forma, não temos dúvidas de que, no terreno, não é fácil operacionalizar a mudança de uma pedagogia centrada no grupo para uma metodologia centrada nas necessidades e potencialidades de cada aluno, não se limitando a escola a oferecer a igualdade de oportunidades em termos de acesso à educação, mas sim diversidade de respostas no processo educativo.

Também na sala de aula a aprendizagem, no grupo e com o grupo, deverá ser uma educação inclusiva. Para isso Ainscow (cf. Ainscow, 1997, p.16) indica três fatores importantes que incutem a criação de ambientes mais inclusivos na sala de aula:

- 1º “Planificação para o grupo/turma como um todo” – planificação das atividades para a grupo/turma no seu conjunto e não para um aluno em particular;
- 2º “Utilização eficiente de recursos naturais” – valorização dos conhecimentos, experiências e vivências dos próprios alunos, através do reconhecimento da sua capacidade para contribuir para a respetiva aprendizagem, na perspetiva de que esta é constituída por um processo social; ao mesmo tempo pode ser desenvolvido o trabalho em pares/cooperativo e criados ambientes educativos mais ricos, baseado na capacidade de resposta dos professores ao feedback dos alunos, no decorrer das atividades;
- 3º “Improvisação” – o professor deve ser capaz de fazer uma alteração de planos e atividades em resposta às reações dos alunos, encorajando uma participação ativa e a personalização da experiência da aula; Verifica-se que, embora seja muito útil a existência de recursos materiais na sala de aula, este não é o fator mais importante, mas sim a maneira como se conceptualiza a tarefa (cf. Ainscow, 1995).

Neste momento, a EMAEI e a sua atividade já se encontram bem implementadas na comunidade educativa. Todos os docentes e pais já reconhecem a existências de medidas de educação inclusiva, embora acreditamos que ainda existam várias dificuldades na operacionalização de cada conceito.

A presença de alunos com medidas adicionais em sala de aula, nas visitas de estudo e nos trabalhos de turma é uma realidade, assim como a presença dos professores de educação especial em sala de aula, potenciando as aprendizagens de todos os alunos de turma, com foco primordial na articulação com o docente titular de turma na operacionalização dos objetivos pedagógicos definidos para cada aluno.